



Julio Fabbrini Mirabete
Renato N. Fabbrini



EXECUÇÃO PENAL

Comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984

12ª Edição, revista e atualizada até 20 de março de 2014

343.8(81)(094)

M673e

32.9a.

2x.2

© 1987 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 1987; 2. ed. 1988; 3. ed. 1990; 4. ed. 1991;
 5. ed. 1992; 6. ed. 1996; 7. ed. 1997; 8. ed. 1997;
 9. ed. 2000; 10. ed. 2002; 11. ed. 2004; 12. ed. 2014



Capa: Leonardo Hermano

Composição: CriFer – Serviços em Textos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mirabete, Julio Fabbrini

Execução penal : comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984 / Julio Fabbrini

Mirabete, Renato N. Fabbrini. – 12. ed. – Revista e atualizada – São Paulo :

Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8814-8

1. Execução penal – Leis e legislação – Brasil 2. Direito penal – Leis e
 legislação – Brasil I. Fabbrini, Renato N. II. Título.

14-02319

CDU-343.8(81) (094.56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis comentadas : Execução penal : Direito penitenciário
 343.8(81) (094.56)
 2. Leis: Execução penal : Comentários : Brasil
 343.8(81)(094.56)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução
 total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime
 estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
 de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

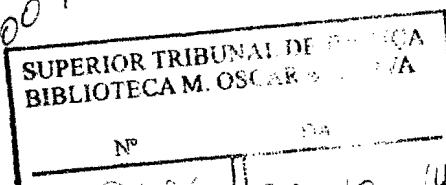
Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

1000426



SUMÁRIO GERAL

Nota à 12ª Edição, xxvii

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, 1

Título I – DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, 1

Art. 1º

- 1.1 Natureza da execução penal, 1
- 1.2 Autonomia do direito penitenciário, 2
- 1.3 Direito penitenciário e direito de execução penal, 4
- 1.4 Histórico da lei de execução penal, 5
- 1.5 Finalidade da pena, 6
- 1.6 Crise da execução penal, 9
- 1.7 Objeto da execução penal, 10
- 1.8 Sumário, 10

Art. 2º

- 2.1 Princípio da legalidade, 12
- 2.2 Princípio da jurisdicionalidade, 13
- 2.3 Processo de execução, 16
- 2.4 Presos provisórios e condenados na justiça especial, 19

Art. 3º

- 3.1 A relação jurídica na execução penal, 22
- 3.2 Direitos preservados, 24
- 3.3 Direitos políticos, 26
- 3.4 Discriminação, 28

Art. 4º

- 4.1 Cooperação da comunidade, 29
- 4.2 Setores de participação, 30

Título II – DO CONDENADO E DO INTERNADO, 31

Capítulo I – DA CLASSIFICAÇÃO, 31

Art. 5º

- 5.1 Individualização da pena e classificação dos condenados, 31
- 5.2 Biotipologia criminal, 33
- 5.3 Classificações dos delinquentes, 33
- 5.4 Exame de personalidade, 35
- 5.5 Exame criminológico, 36

Art. 6º

- 6.1 Comissão técnica de classificação, 38
- 6.2 Atribuições da comissão técnica de classificação, 39

Art. 7º

- 7.1 Composição da comissão técnica de classificação, 41

Art. 8º

- 8.1 Realização do exame criminológico, 42

Art. 9º

- 9.1 Elementos para as perícias, 43

Art. 9º-A

- 9-A.1 Identificação por perfil genético, 45

Capítulo II – DA ASSISTÊNCIA, 48**Seção I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 48****Art. 10**

- 10.1 Tratamento penitenciário, 49
- 10.2 Tratamento e assistência, 49
- 10.3 Assistência ao egresso, 51

Art. 11

- 11.1 Espécies de assistência, 52

Seção II – DA ASSISTÊNCIA MATERIAL, 53**Art. 12**

- 12.1 Assistência material, 53

Art. 13

- 13.1 Instalações e serviços, 55

Seção III – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE, 56**Art. 14**

- 14.1 Assistência à saúde, 56
- 14.2 Assistência médica, 57
- 14.3 Assistência farmacêutica e odontológica, 58
- 14.4 Instalações médico-sanitárias, 59

Seção IV – DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA, 60**Art. 15**

- 15.1 Relevância da assistência jurídica, 60

Art. 16

- 16.1 Assistência de defensor, 62
- 16.2 Defensoria pública e advogado dativo, 63

Seção V – DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL, 64**Art. 17**

- 17.1 Assistência educacional, 64

Art. 18

- 18.1 Ensino de 1º grau, 65

Art. 19

- 19.1 Ensino profissional, 67

Art. 20

- 20.1 Convênios, 67

Art. 21

- 21.1 Bibliotecas, 68

Seção VI – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 68**Art. 22**

- 22.1 Assistência social, 69

Art. 23

- 23.1 Tarefas do serviço de assistência social, 71

Seção VII – DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA, 74**Art. 24**

- 24.1 Pena e religião, 74
- 24.2 Assistência religiosa, 74
- 24.3 Meios e locais, 75
- 24.4 Liberdade religiosa, 76

Seção VIII – DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO, 77**Art. 25**

- 25.1 Problemática do egresso, 77
- 25.2 Assistência ao egresso, 77

Art. 26

- 26.1 Conceito de egresso, 79

Art. 27

- 27.1 Obtenção de trabalho, 80

Capítulo III – DO TRABALHO, 80**Seção I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 80****Art. 28**

- 28.1 Trabalho penitenciário, 80
- 28.2 Finalidades do trabalho penitenciário, 82
- 28.3 Higiene e segurança, 83
- 28.4 Acidente do trabalho, 83
- 28.5 Regime especial, 83

Art. 29

- 29.1 Remuneração, 85
- 29.2 Destinação do salário, 85

Art. 30

- 30.1 Prestação de serviços à comunidade, 87

Seção II – DO TRABALHO INTERNO, 88**Art. 31**

- 31.1 Trabalho interno, 88
- 31.2 Preso provisório, 89

Art. 32

- 32.1 Artesanato, 90
- 32.2 Idosos, doentes e deficientes físicos, 90

Art. 33

- 33.1 Jornada de trabalho, 91
- 33.2 Horários especiais, 91

Art. 34

- 34.1 Gerência do trabalho, 93
- 34.2 Formação profissional, 93
- 34.3 Funções da gerência, 94

Art. 35

- 35.1 Bens e produtos do trabalho, 94

Seção III – DO TRABALHO EXTERNO, 95**Art. 36**

- 36.1 Trabalho externo, 96
- 36.2 Condições do trabalho externo, 100

Art. 37

- 37.1 Atribuição de trabalho externo, 100
- 37.2 Revogação da autorização, 104

Capítulo IV – DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA, 105**Seção I – DOS DEVERES, 105****Art. 38**

- 38.1 Deveres dos condenados, 106

Art. 39

- 39.1 Especificação dos deveres, 107
- 39.2 Quadro de deveres, 108
- 39.3 Preso provisório, 110

Seção II – DOS DIREITOS, 111**Art. 40**

- 40.1 Introdução, 111
- 40.2 Respeito à integridade física e moral, 112

Art. 41

- 41.1 Alimentação e vestuário, 114
- 41.2 Atribuição de trabalho, 114
- 41.3 Previdência social, 114
- 41.4 Constituição de pecúlio, 115
- 41.5 Descanso e recreação, 115
- 41.6 Atividades de recreação, 116
- 41.7 Assistência, 116
- 41.8 Proteção contra o sensacionalismo, 117
- 41.9 Entrevista com advogado, 117
- 41.10 Visitas, 118
- 41.11 Chamamento nominal, 120

- 41.12 Igualdade de tratamento, 120
- 41.13 Audiência com o diretor, 121
- 41.14 Representação, petição e atestado, 121
- 41.15 Comunicação com o mundo exterior, 122
- 41.16 Outros direitos, 124
- 41.17 Suspensão e restrição dos direitos, 124

Art. 42

- 42.1 Preso provisório e internado, 126

Art. 43

- 43.1 Médico particular, 126

Seção III – DA DISCIPLINA, 127**Subseção I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 127****Art. 44**

- 44.1 Introdução, 127
- 44.2 Disciplina, 128

Art. 45

- 45.1 Princípio da legalidade, 129
- 45.2 Sanções cruéis, 130
- 45.3 Cella escura, 130
- 45.4 Sanções coletivas, 131

Art. 46

- 46.1 Ciência das normas disciplinares, 131

Art. 47

- 47.1 Poder disciplinar, 132

Art. 48

- 48.1 Penas restritivas de direitos, 133
- 48.2 Representação por falta grave, 134

Subseção II – DAS FALTAS DISCIPLINARES, 135**Art. 49**

- 49.1 Faltas disciplinares, 135
- 49.2 Faltas médias e leves, 137
- 49.3 Tentativa, 138

Art. 50

- 50.1 Faltas graves na pena privativa de liberdade, 139
- 50.2 Concurso de faltas disciplinares, 145
- 50.3 Preso provisório, 145

Art. 51

- 51.1 Faltas graves nas penas restritivas de direitos, 146

Art. 52

- 52.1 Prática de crime doloso, 148
- 52.2 Regime disciplinar diferenciado, 149

Subseção III – DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS, 154**Art. 53**

- 53.1 Sanções disciplinares, 155

Art. 54

- 54.1 Competência para a aplicação das sanções, 157
- 54.2 Procedimento e juiz competente para aplicação da sanção de inclusão no regime disciplinar diferenciado, 158

Art. 55

- 55.1 Recompensas, 159

Art. 56

- 56.1 Espécies de recompensas, 160

Subseção IV – DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, 161**Art. 57**

- 57.1 Fixação da sanção, 161
- 57.2 Aplicação das sanções, 162

Art. 58

- 58.1 Tempo de duração, 163
- 58.2 Comunicação ao juiz, 164

Subseção V – DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR, 164**Art. 59**

- 59.1 Procedimento disciplinar, 165
- 59.2 Direito de defesa, 167
- 59.3 Recursos, 170
- 59.4 Decisão motivada, 172
- 59.5 Prescrição das faltas disciplinares, 172

Art. 60

- 60.1 Isolamento preventivo e inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado, 174
- 60.2 Detração, 175

Título III – DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL, 176**Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 176****Art. 61**

- 61.1 Órgãos da execução, 176

Capítulo II – DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, 177**Art. 62**

- 62.1 Conselho nacional de política criminal e penitenciária, 177

Art. 63

- 63.1 Composição do conselho, 178
- 63.2 Mandato dos membros, 179

Art. 64

- 64.1 Atribuições do conselho, 180

Capítulo III – DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, 182**Art. 65**

- 65.1 Função jurisdicional, 183
- 65.2 Intervenção jurisdicional e administrativa, 183
- 65.3 Juiz competente, 184

Art. 66

- 66.1 Introdução, 191
- 66.2 Aplicação da lei mais benigna, 191
- 66.3 Extinção da punibilidade, 199
- 66.4 Soma de penas, 200
- 66.5 Unificação de penas, 201
- 66.6 Limite de penas, 204
- 66.7 Natureza da unificação, 212
- 66.8 Progressão e regressão, 212
- 66.9 Detração e remição, 213
- 66.10 Suspensão condicional da pena, 219
- 66.11 Livramento condicional, 221
- 66.12 Incidentes da execução, 221
- 66.13 Saídas temporárias, 223
- 66.14 Penas restritivas de direitos, 223
- 66.15 Conversões, 224
- 66.16 Medidas de segurança, 225
- 66.17 Remoção e transferência, 226
- 66.18 Decisões administrativas, 230
- 66.19 Conflito de competência, 231

Capítulo IV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 232**Art. 67**

- 67.1 Função do Ministério Público, 232
- 67.2 Fiscalização da execução, 232

Art. 68

- 68.1 Atribuições específicas, 236

Capítulo V – DO CONSELHO PENITENCIÁRIO, 238**Art. 69**

- 69.1 Conselho penitenciário, 238

Art. 70

- 70.1 Atribuições, 239

Capítulo VI – DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS, 242**Seção I – DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 242****Art. 71**

- 71.1 Departamento Penitenciário Nacional, 242

Art. 72

- 72.1 Atribuições, 243

Seção II – DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL, 245**Art. 73**

- 73.1 Departamento penitenciário local, 245

Art. 74

- 74.1 Atribuições, 246

Seção III – DA DIREÇÃO E DO PESSOAL DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS, 246**Art. 75**

- 75.1 Direção do estabelecimento penal, 246

Art. 76

- 76.1 Quadro de pessoal, 247

Art. 77

- 77.1 Pessoal penitenciário, 248
- 77.2 Formação e reciclagem, 249
- 77.3 Estabelecimentos femininos, 249

Capítulo VII – DO PATRONATO, 249**Art. 78**

- 78.1 Patronatos, 250
- 78.2 Patronatos particulares, 250

Art. 79

- 79.1 Atribuições, 251

Capítulo VIII – DO CONSELHO DA COMUNIDADE, 252**Art. 80**

- 80.1 Conselho da comunidade, 253

Art. 81

- 81.1 Atribuições, 254

Capítulo IX – DA DEFENSORIA PÚBLICA, 255**Art. 81-A**

- 81-A.1 Atribuições, 255

Art. 81-B

- 81-B.1 Atribuições específicas, 257

Título IV – DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS, 257**Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 257****Art. 82**

- 82.1 Arquitetura prisional, 258
- 82.2 Estabelecimentos penais, 259
- 82.3 Estabelecimentos para mulheres e maiores de 60 anos, 260
- 82.4 Estabelecimentos diversos, 261

Art. 83

- 83.1 Dependências, 261
- 83.2 Instalações especiais, 262

Art. 84

- 84.1 Separação dos presos e prisão especial, 264

Art. 85

- 85.1 Capacidade das prisões, 267

Art. 86

- 86.1 Execução de pena em outro estado, 268
- 86.2 Competência para a remoção, 274
- 86.3 Liberados e egressos, 276

Capítulo II – DA PENITENCIÁRIA, 276**Art. 87**

- 87.1 Introdução, 276
- 87.2 Regime fechado, 277
- 87.3 Penitenciária destinada a presos em regime disciplinar diferenciado, 279

Art. 88

- 88.1 Penitenciária, 280

Art. 89

- 89.1 Penitenciária de mulheres, 281

Art. 90

- 90.1 Local da penitenciária, 282

Capítulo III – DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR, 283**Art. 91**

- 91.1 Introdução, 283
- 91.2 Regime semiaberto, 284
- 91.3 Colônia agrícola, industrial ou similar, 284

Art. 92

- 92.1 Compartimentos coletivos, 285

Capítulo IV – DA CASA DO ALBERGADO, 286**Art. 93**

- 93.1 Introdução, 286
- 93.2 Histórico, 287
- 93.3 Prisão albergue, 287
- 93.4 Limitação de fim de semana, 288
- 93.5 Regime aberto, 288

Art. 94

- 94.1 Localização, 290

Art. 95

- 95.1 Instalações, 290

Capítulo V – DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO, 291**Art. 96**

- 96.1 Centro de observação, 292

Art. 97

- 97.1 Instalações, 293

Art. 98

- 98.1 Exames pela comissão técnica de classificação, 293

Capítulo VI – DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO, 293**Art. 99**

- 99.1 Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, 294
- 99.2 Imputáveis e semi-imputáveis, 295
- 99.3 Outros estabelecimentos, 295

Art. 100

- 100.1 Exames, 296

Art. 101

- 101.1 Tratamento ambulatorial, 296

Capítulo VII – DA CADEIA PÚBLICA, 297**Art. 102**

- 102.1 Presos provisórios, 297

Art. 103

- 103.1 Cadeia pública, 298

Art. 104

- 104.1 Localização e construção, 300

Título V – DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE, 300**Capítulo I – DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, 300****SEÇÃO I – Disposições Gerais, 300****Art. 105**

- 105.1 Introdução, 301
- 105.2 Execução da sentença, 301
- 105.3 Competência para a execução, 301
- 105.4 Guia de recolhimento, 304
- 105.5 Guia de recolhimento e competência, 306
- 105.6 Execução provisória e guia de recolhimento provisória: antecedentes, 307
- 105.7 A Execução provisória e o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, 308
- 105.8 Guia de recolhimento provisória, 317

Art. 106

- 106.1 Expedição da Guia de Recolhimento, 326
- 106.2 Requisitos, 326
- 106.3 Ciência ao ministério público, 327
- 106.4 Comunicação ao conselho penitenciário, 328
- 106.5 Retificações, 328
- 106.6 Prisão especial, 329

Art. 107

- 107.1 Exigência formal da execução, 330
- 107.2 Recibo, 331
- 107.3 Ciência ao condenado, 331
- 107.4 Registro, 332
- 107.5 Cálculo de liquidação de penas, 332
- 107.6 Precedência das penas, 334
- 107.7 Efeitos da soma das penas, 335

Art. 108

- 108.1 Superveniência de doença mental, 336
- 108.2 Efeitos do internamento, 337

Art. 109

- 109.1 Alvará de soltura, 338

SEÇÃO II – Dos Regimes, 339**Art. 110**

- 110.1 Regime inicial: critérios objetivos, 339
- 110.2 Cômputo do tempo de prisão provisória ou administrativa ou de internação, 348
- 110.3 Regime inicial fechado em leis especiais, 349
- 110.4 Fixação do regime inicial, 366
- 110.5 Observância do regime inicial, 390
- 110.6 regime prisional e lei mais benigna, 399

Art. 111

- 111.1 Regime e soma de penas, 402
- 111.2 Regime e unificação, 406
- 111.3 Detração e remição, 407

Art. 112

- 112.1 Sistema progressivo, 408
- 112.2 Progressão, 409
- 112.3 Requisito temporal, 419
- 112.4 Mérito do condenado, 442
- 112.5 Exame criminológico, 464
- 112.6 Procedimento, decisão e recurso, 483
- 112.7 Ausência de vaga, 493

Art. 113

- 113.1 Aceitação do programa e condições, 496

Art. 114

- 114.1 Requisitos para o regime aberto, 497

Art. 115

- 115.1 Condições gerais e especiais, 502

Art. 116

- 116.1 Modificação das condições, 505

Art. 117

- 117.1 Prisão domiciliar, 506
- 117.2 Hipóteses para a prisão domiciliar, 518

Art. 118

- 118.1 Regressão, 523
- 118.2 Regressão e regime aberto, 529
- 118.3 Oitiva do condenado, 530
- 118.4 Restabelecimento da progressão, 539

Art. 119

- 119.1 Legislação complementar, 540

Seção III – DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA, 540**Subseção I – DA PERMISSÃO DE SAÍDA, 540****Art. 120**

120.1 Autorizações de saída, 541

120.2 Permissões de saída, 541

Art. 121

121.1 Prazo da permissão, 543

Subseção II – DA SAÍDA TEMPORÁRIA, 543**Art. 122**

122.1 Saída temporária, 544

122.2 Hipóteses de saída temporária, 545

Art. 123

123.1 Competência, 547

123.2 Requisitos, 548

Art. 124

124.1 Prazos, 553

124.2 Condições, 555

Art. 125

125.1 Revogação, 556

125.2 Recuperação, 557

Seção IV – DA REMIÇÃO, 558**Art. 126**

126.1 Remição, 559

126.2 Remição pelo trabalho, 560

126.3 Impossibilidade do trabalho, 570

126.4 Acidente, 573

126.5 Remição pelo estudo, 573

126.6 Declaração judicial, 579

Art. 127

127.1 Admissibilidade de revogação, 581

127.2 Causas de revogação, 590

127.3 Efeitos da revogação, 592

Art. 128

128.1 Efeitos da remição, 596

Art. 129

129.1 registro, 599

129.2 Pedido, 602

129.3 Retroatividade, 603

Art. 130

130.1 Falsa declaração, 605

Seção V – DO LIVRAMENTO CONDICIONAL, 605

Art. 131

- 131.1 Livramento condicional, 606
- 131.2 Requisitos objetivos, 608
- 131.3 Requisitos subjetivos, 618
- 131.4 Livramento condicional a estrangeiro, 629
- 131.5 Concessão, 632
- 131.6 Direito intertemporal, 637

Art. 132

- 132.1 Condições obrigatórias, 639
- 132.2 Condições facultativas, 640

Art. 133

- 133.1 Mudança de residência, 641

Art. 134

- 134.1 Advertência, 643

Art. 135

- 135.1 Concessão pelo tribunal, 643

Art. 136

- 136.1 Carta de livramento, 644

Art. 137

- 137.1 Cerimônia, 645

Art. 138

- 138.1 Caderneta e pecúlio, 647

Art. 139

- 139.1 Observação cautelar, 649
- 139.2 Proteção, 649
- 139.3 Relatório, 650

Art. 140

- 140.1 Revogação obrigatória, 650
- 140.2 Revogação facultativa, 653

Art. 141

- 141.1 Contagem do prazo do livramento, 655

Art. 142

- 142.1 Impedimento para novo livramento, 656

Art. 143

- 143.1 Decreto de revogação, 658

Art. 144

- 144.1 Modificação nas condições, 660

Art. 145

- 145.1 Suspensão do livramento, 661

Art. 146

- 146.1 Extinção da pena, 665
- 146.2 Recurso, 668

Seção VI – DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, 669**Art. 146-B**

146-B.1 Admissibilidade da monitoração eletrônica, 669

Art. 146-C

146-C.1 Descumprimento dos deveres atinentes à monitoração eletrônica, 675

Art. 146-D

146-D.1 Revogação da monitoração eletrônica, 679

Capítulo II – DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, 680**Seção I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 680****Art. 147**

147.1 Penas restritivas de direitos, 680

147.2 Substituição, 683

147.3 Início da execução, 695

Art. 148

148.1 Alteração, 697

148.2 Prestação pecuniária, 699

148.3 Perda de bens e valores, 702

Seção II – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, 703**Art. 149**

149.1 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, 703

149.2 Atribuição das tarefas, 706

149.3 Horário e início de execução, 707

Art. 150

150.1 Relatórios, 710

Seção III – DA LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA, 710**Art. 151**

151.1 Limitação de fim de semana, 710

151.2 Regras para execução, 712

Art. 152

152.1 Cursos, palestras e atividades, 714

Art. 153

153.1 Relatórios e comunicações, 715

Seção IV – DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS, 716**Art. 154**

154.1 Interdição temporária de direitos, 716

154.2 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo, 717

154.3 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício, 719

154.4 Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo, 720

154.5 Proibição de frequentar determinados lugares, 723

154.6 Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos, 724

Art. 155

155.1 Comunicação, 724

Capítulo III – DA SUSPENSÃO CONDICIONAL, 725**Art. 156**

- 156.1 Suspensão condicional da pena, 725
- 156.2 Requisitos objetivos, 728
- 156.3 Requisitos subjetivos, 733
- 156.4 *Sursis* simultâneos, 740

Art. 157

- 157.1 Concessão, 742

Art. 158

- 158.1 Condições legais, 748
- 158.2 Condições judiciais, 757
- 158.3 Especificação das condições, 760
- 158.4 Alteração das condições, 763
- 158.5 Fiscalização, 764
- 158.6 Comparecimento, 764
- 158.7 Comunicação, 765
- 158.8 Mudança de residência, 765

Art. 159

- 159.1 Especificação pelo tribunal, 766

Art. 160

- 160.1 Audiência admonitória, 767
- 160.2 Renúncia do condenado, 769

Art. 161

- 161.1 Não comparecimento, 769

Art. 162

- 162.1 Período de prova, 772
- 162.2 Prorrogação do prazo, 773
- 162.3 Revogação obrigatória, 776
- 162.4 Revogação facultativa, 781
- 162.5 Cassação, 783
- 162.6 Extinção da pena, 784

Art. 163

- 163.1 Registro, 787

Capítulo IV – DA PENA DE MULTA, 788**Art. 164**

- 164.1 Pena de multa, 788
- 164.2 Dia-multa, 789
- 164.3 Aplicação, 791
- 164.4 Fixação, 792
- 164.5 Substituição, 796
- 164.6 Multas cumulativas, 799
- 164.7 Correção monetária, 802
- 164.8 Processo de execução, 807
- 164.9 Procedimento para a execução da multa, 808

Art. 165

165.1 Penhora de bens imóveis, 823

Art. 166

166.1 Penhora de outros bens, 824

Art. 167

167.1 Superveniência de doença mental, 824

Art. 168

168.1 Insolvência, 825

168.2 Desconto, 826

Art. 169

169.1 Parcelamento em prestações, 827

Art. 170

170.1 Multa e pena privativa de liberdade, 829

Título VI – DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA, 832**Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS, 832****Art. 171**

171.1 Medidas de segurança, 832

171.2 Pressupostos, 833

171.3 Aplicação, 835

171.4 Substituição, 838

171.5 Espécies, 842

171.6 Execução, 846

171.7 Duração, 850

171.8 Extinção da punibilidade, 851

Art. 172

172.1 Guia de internação, 853

Art. 173

173.1 Requisitos, 855

Art. 174

174.1 Exames, 856

Capítulo II – DA CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE, 857**Art. 175**

175.1 Exame de periculosidade, 857

175.2 Relatório e laudo, 860

175.3 Procedimento, 862

Art. 176

176.1 Antecipação do exame, 863

Art. 177

177.1 Procedimento, 864

Art. 178

178.1 Condições, 865

Art. 179

179.1 Desinternação e liberação, 866

Título VII – DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO, 867**Capítulo I – DAS CONVERSÕES, 867****Art. 180**

180.1 Incidentes da execução, 867

180.2 Conversões, 868

180.3 Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, 869

Art. 181

181.1 Conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, 871

181.2 Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade, 873

181.3 Conversão da pena de limitação de fim de semana, 879

181.4 Conversão das penas de interdição temporária de direitos, 880

181.5 Conversão das penas de prestação pecuniária e perda de bens e valores, 881

Art. 182

182.1 Impossibilidade de conversão da pena de multa, 882

Art. 183

183.1 Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança, 886

Art. 184

184.1 Conversão do tratamento ambulatorial em internação, 889

Capítulo II – DO EXCESSO OU DESVIO, 892**Art. 185**

185.1 Excesso ou desvio, 892

Art. 186

186.1 Legitimação, 894

Capítulo III – DA ANISTIA E DO INDULTO, 895**Art. 187**

187.1 Anistia, 895

187.2 Procedimento, 898

Art. 188

188.1 Indulto individual, 899

Art. 189

189.1 Procedimento inicial, 900

Art. 190

190.1 Diligências e parecer, 900

Art. 191

191.1 Procedimento no ministério da justiça, 901

Art. 192

192.1 Extinção da punibilidade e comutação, 902

Art. 193

193.1 Indulto coletivo, 902

193.2 Processamento do indulto coletivo, 925

Título VIII – DO PROCEDIMENTO JUDICIAL, 930**Art. 194**

194.1 Processo e procedimento judicial, 930

Art. 195

195.1 Iniciativa, 932

Art. 196

196.1 Processamento, 933

Art. 197

197.1 Agravo em execução, 940

Título IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS, 956**Art. 198**

198.1 Sigilo na execução, 956

Art. 199

199.1 Uso de algemas, 957

Art. 200

200.1 Criminoso político e trabalho, 961

Art. 201

201.1 Prisão civil e administrativa, 963

Art. 202

202.1 Folha corrida, atestados e certidões, 965

Art. 203

203.1 Legislação complementar, 972

203.2 Instalações, equipamentos e serviços, 972

Art. 204

204.1 Vigência, 974

204.2 Aplicação, 974

204.3 Revogação, 974

Exposição de Motivos à Lei de Execução Penal, 977**Súmulas Citadas, 1001****Abreviaturas, 1005****Bibliografia, 1011****Índice Remissivo, 1021**